## Alexandre Costa aprovado pelo Senado por 35 votos

O Senado aprovou ontem, por 35 votos a favor, onze contra e duas abstenções, em votação secreta, a mensagem presidencial indicando o senador Alexandre Costa (PFL-MA) para o Governo do Distrito Federal. Fizeram declarações de voto, contra, os senadores Affonso Camargo (PTB-PR) e Maurício Corrêa (PDT-DF) e uma das abstenções foi do próprio Alexandre Costa.

O resultado segue hoje, em envelope lacrado, para o presidente. José Sarney, que deverá chamar Alexandre Costa para anunciar oficialmente que ele é o governador de Brasília. A cerimônia de posse deverá ocorrer até amanhã, data em que também está previsto que o ex-governador de Brasília, José Aparecido, assuma o Ministério da Cultura.

Na sessão encaminharam a favor da indicação do senador Alexandre Costa os senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA), Leite Chaves (PMDB-PR) e Cid Sabóia (PMDB-CE). Eles responderam às críticas feitas por Maurício Corrêa e Affonso Camargo em suas declarações de voto, onde explicaram porque eram contrários à indicação.

Inoportuna

O senador Maurício Corrê afirmou que a votação da mensagem presidencial, antes que a Constituinte tivesse decidido sobre a garantia de que Alexandre Costa pode assumir o GDF sem perder seu mandato, era «inoportuna». Ele lembrou que o senador tinha dado «sua palavra» de que só assumiria o Governo depois de resolvida esta questão e que o Senado deveria votar o nome de um indicado que pudesse assumir «imediatamente» o

O senador Affonso Camargo questionou o fato de que o senador não é um parlamentar eleito pelo Distrito Federal. Ele disse que era contra a indicação de qualquer político que não fosse da cidade e frisou que o indicado para o Palácio do Buriti não poderia ser um parlamentar «que vai ficar dividido entre Brasília e o Maranhão».

Em defesa de Alexandre Costa os senadores Jarbas Passarinho, Cid Sabóia e Leite Chaves afirmaram que era uma «discriminação» exigir que só parlamentares de Brasília fossem indicados para o

## Apoio político será problema

Falta de apoio político é um grande problema para o senador Alexandre Costa (PFL-MA) assumir o Governo do Distrito Federal. Ontem, após o referendum pelo Senado, Costa garantiu que ainda preferia aguardar o acordo na Constituinte, a fim de não entrar no Buriti com o risco de perda de mandato. Só que, para vários sena-dores, Alexandre Costa assumirá o Governo até o final desta semana - possivelmente na quinta-feira independente de um acordo partidário

Ao senador Edison Lobão, Costa garantiu que saindo o acordo, ele não precisará aguardar a votação na Constituinte. Desta maneira, ele descarta as diversas possibilidades levantadas contra o impasse, criado a partir de uma leitura mais elaborada do artigo 57 da futura Constituição, pelo senador Maurício Corrêa (PDT-DF).

## Polêmica

Do mesmo modo pensa Costa. No momento em que a polêmica começou, o senador colocou o seu nome à disposição do presidente Sarney. O Presidente não modificou sua decisão e deixou seguir a tramitação normal de mensagem. Com o referendum, Alexandre Costa — pelo menos teoricamente – é o novo governador de Brasília e só resta sua nomeação pelo Presidente e a consequente publicação no Diário Oficial.

Com o impasse ainda não solucionado, ele só tem três saídas - ou melhor, quatro, se consideramos nova vacância do cargo: tomar posse e, posteriormente à promulgação da nova Constituição fazer uma consulta ao Supremo (e aí corre o risco de perder seu mandato pois a consulta não pode ser feita antes da lei); tomar posse e, antes da promulgação pedir sua exoneração; ou renunciar à nomeação antes da posse, abrindo para o presidente José Śarney nova possibilidade na escolha de nomes para ocupar o Buriti.

A dúvida de Alexandre Costa está, exatamente, na falta de apoio político. Um parlamentar nunca recebeu tantos votos contrários.

A notícia da aprovação do nome do senador Alexandre Costa (PFL-MA) não chegou a abalar a burocracia administrativa do Palácio do Buriti, na tarde de ontem. O governador José Aparecido recebeu a notícia com "contentamente", segundo sua assessoria de imprensa.

## Partidos tentam mudar texto

O PMDB e o PFL vão tentar a aprovação de um texto que permita ao senador Alexandre Costa (PFL-MA) assumir o GDF sem perder seu mandato. Segundo o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) a apresentação da emenda é possível, já que o texto "é omisso" em relação ao fato de um parlamentar poder acumular o Governo de Brasília.

Segundo o relator, o texto só não é "omisso" no que diz respeito à forma como se dará o preenchimento do cargo de governador do DF até a posse do governador do DF até a posse do governador eleito por Brasília em 1º de janeiro de 1991. Isso porque, disse, a emenda da deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF) prevê que a indicação, duante est prevéde se dê etrevée duante este período, se dê através de indicação do Presidente da

República.

Ele afirmou, entretanto, que não apresentará texto neste sentido, já que em todo o processo da Constituinte não usou este expediente. O ponto de vista do relator é semelhante ao do líder do PMDB na Constituinte, deputado Nélson Jobim (PMDB-RS), que voltou a reafirmar ontem que não vê dificuldades em se elaborar uma emenda sobre o problema uma vez que considera que "os constituintes erraram em relação à forma de preenchimento do cargo de governador do DF"

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), tem a mesma opinião dos outros dois parlamentares e frisou ontem que o texto para o DF te-rá de ser acordado por "todas" as lideranças da Constituinte. A dificuldade da elaboração desta emenda que garanta ao senador Alexandre Costa assumir está justamente em encontrar o apoio de "todas" as agremiações na Constituinte.

Reafirmaram sua postura contrária a um acordo sobre o tema, ontem, os líderes do PT, PCB, PC do B, PDT, PSB e PSDB. Diante disto os parlamentares do PMDB e do PFL pensavam em duas hipóteses para solucionar o problema: realizar uma fusão de emendas mesmo com posição contrária dos partidos de esquerda ou apostar no

buraco negro.

Eles reconheciam que as duas opções são "drásticas" mas "passí-vel de realização". Na hipótese da fusão de emendas à revelia das esquerdas teria de bancar o texto o próprio presidente da Constituinte; na do buraco negro, os dois partidos rejeitariam todos os destaques apresentados sobre a questão, situação que obrigaria a Bernardo Cabral a redigir uma emenda que solucionasse o assunto. Os partidos de esquerda não acreditam que nenhuma destas duas possibilidades

JORNAL DE BRASILIPATIZEM.